

## **ANÁLISE COMPARATIVA DE EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE POLICIAMENTO ESCOLAR NOS ENTES FEDERATIVOS BRASILEIROS, COM O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR DESENVOLVIDO PELA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ**

Maj. QOPM Leonel José Beserra<sup>1</sup>  
[leonelbeserra@hotmail.com](mailto:leonelbeserra@hotmail.com)

Ten.-Cel. QOPM Ronaldo de Abreu<sup>2</sup>  
[abreu.ronaldo@pm.pr.gov.br](mailto:abreu.ronaldo@pm.pr.gov.br)

### **RESUMO**

Este artigo científico, desenvolvido e apresentado no ensejo do encerramento do Curso Superior de Polícia – 2016/2017, realizado na Academia Policial Militar do Guatupê, teve como escopo investigar sobre o tema: a realidade do Policiamento Escolar no Brasil, numa análise comparativa do Policiamento Comunitário Escolar desenvolvido entre as Forças Policiais dos entes da Federação, notadamente em face dos Programas Patrulha Escolar Comunitária (PEC) e Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) que são desenvolvidos pelo Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) da Polícia Militar do Paraná (PMPR). Para isso a pesquisa buscou identificar quais Polícias Militares possuíam Unidades especializadas no policiamento escolar, qual a sua área de responsabilidade circunscricional, a existência de projetos ou programas sobre o tema, e quais as dificuldades encontradas na execução dos trabalhos das Unidades. A pesquisa observou o desenvolvimento histórico do BPEC, em que os princípios do Policiamento Comunitário foram se desenvolvendo e se aperfeiçoando, e encontram-se sedimentados na cultura da comunidade escolar e nos militares estaduais que atuam nos dois programas do Batalhão. A investigação científica ocupou-se também de demonstrar a importância e a efetividade do BPEC, que pelo nível de profissionalismo de seu efetivo, alcance e representatividade, demonstra ser uma Unidade especializada referência para outras Corporações.

**Palavras-chave:** Polícia Militar do Paraná, Polícia Comunitária, Patrulha Escolar Comunitária,

---

<sup>1</sup> Major da Polícia Militar do Paraná, formado no Curso Formação de Oficiais, na Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais – PR. Bacharel em Letras pela UNESPAR/FECILCAM - Universidade do Estado do Paraná – Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - PR. Especialista em Planejamento e Controle em Segurança Pública – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), pela Universidade Federal do Paraná e Academia Policial Militar do Guatupê.

<sup>2</sup> Tenente-Coronel da Polícia Militar do Paraná. Comandante do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC). Formado pela Academia Policial Militar do Guatupê, no Curso de Formação de Oficiais. Bacharel, Licenciado e Especialista em Educação Física, pela Universidade Tuiuti do Paraná. Especialista em Planejamento e Controle em Segurança Pública (CAO), pela Universidade Federal do Paraná e Academia Policial Militar do Guatupê. Formado no Curso Superior de Polícia/2015 (CSP/2015).

## 1 INTRODUÇÃO

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, inicia-se um processo de abertura para a sociedade, e naturalmente as pessoas passaram a usufruir mais de seus direitos, e as Corporações Policiais Militares nesse sentido, passaram a atuar adaptando-se aos princípios de Polícia Comunitária.

A partir do ano de 1994 na Polícia Militar do Paraná (PMPR) começa a atender as demandas das escolas no que se refere à segurança, com a designação de Policiais-Militares para tal. A atividade tinha por escopo a realização do policiamento nas escolas, e que, à época, a PMPR ainda não possuía diretrizes conceituais de polícia comunitária, para balizar os projetos anteriores de policiamento escolar e do atual Programa Patrulha Escolar Comunitária (PEC).

As questões relacionadas à violência e à desordem no ambiente escolar também foram enfrentadas em outros Estados da Federação, exigindo de igual forma que as Polícias Militares se adaptassem e atendessem a comunidade escolar, realizando um policiamento escolar, com diversas variações.

Nesse ponto, encontra-se um dos problemas a serem estudados nessa pesquisa, visto que no Paraná, com a evolução do Programa PEC, juntamente com o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), a Administração Policial Militar propôs a criação de uma Unidade especializada no ano de 2007, denominado de Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC).

Os únicos Estados que possuem uma Unidade especializada no policiamento escolar, conforme informações prévias da seção de planejamento (P/3) do BPEC, são os Estados do Paraná, Goiás, Alagoas, Rio Grande do Norte e o Distrito Federal. A PMPR destaca-se por possuir uma Unidade com a tipicidade do trabalho desenvolvido na perspectiva de policiamento comunitário escolar (PCE). Nas demais Corporações Policiais-Militares, o que se encontra são tipos ou modalidades de policiamento ou serviços, voltados para a prevenção e repressão a crimes e violência nas escolas e nos seus entornos.

A presente pesquisa, além de realizar as comparações com o trabalho desenvolvido nos Estados, descreverá sobre a efetividade desses serviços e/ou modalidades de policiamento e quais suas características, vantagens e desvantagens em face da experiência que a PMPR apresenta, visto que é pioneira neste tipo de Batalhão especializado.

A proposição apresentada nesse estudo é de que o BPEC, ao que se observa e se conhece, trata-se de uma Unidade com características e metodologias de policiamento comunitário, único no Brasil e com reconhecimento internacional, como o caso da “*Japan International Cooperation Agency – JICA*”. Nesse sentido, pode-se encontrar Unidades Policiais Militares análogas, tipos de policiamento ou serviços semelhantes, mas com diferenças qualitativas significativas em seus escopos de trabalho.

Assim, o objetivo da presente investigação é comparar os modelos de policiamento comunitário escolar, existentes nas Corporações Policiais Militares do Brasil, com a descrição das características de sua estrutura funcional, resultados e abrangência.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR**

O Policiamento Comunitário, de acordo com Peres (2004), decorreu da necessidade de uma evolução conceitual, em âmbito mundial nas polícias. As Corporações buscaram compreender a necessidade de estar em estreito alinhamento aos anseios dos integrantes da sua sociedade, e nesse sentido a participação desses personagens na construção de soluções para a Segurança Pública e Defesa Social (SP e DS) destinadas às comunidades. Esse trabalho determina o desenvolvimento do policiamento, a partir da atribuição de uma nova responsabilidade da força policial, que é associar as pessoas de uma comunidade ao planejamento das ações de policiamento, dentre outras atividades colaborativas.

Antes de tratar sobre o tema, policiamento comunitário escolar, vale ressaltar, que a violência presente nas escolas tem como foco os aspectos como o tráfico e o consumo de drogas, porte de armas, da violência simbólica, *bullying*, entre outros.

Para Campos, Torres e Guimarães (2004), as pessoas que participam do ambiente escolar devem ter em mente quais elementos podem modificar de forma

positiva a escola, fazendo com que até mesmo os alunos possam auxiliar no amplo processo de construção da cultura da paz.

Salienta-se a importância da qualidade do ensino com uma maior participação dos pais ou responsáveis, centrado na prevenção da violência como, por exemplo, os programas de mediação escolar realizado no ambiente da escola.

No Paraná, assim como em outros Entes Federativos, a população vivencia elevados índices de criminalidade, decorrentes de aspectos como a desigualdade social, a miséria, a ausência do poder público, a falta de políticas públicas na área da segurança, e outros.

Nas várias formas de manifestação, a violência deve ser compreendida sempre como um fenômeno social (ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999), assim como o consumo de drogas por adolescentes deve ser estudado no campo das violências, portanto, também um fenômeno social, manifestando-se em um determinado contexto e que se efetiva na relação com o outro (pessoa, fato, ambiente).

Trata-se de “interação” entre indivíduos situados em uma dada estrutura social, ocupando papéis sociais e orientados por valores que definem e modelam as possibilidades desta interação. Daí parte a perspectiva de análise da violência enquanto dado cultural e societário, cujas manifestações variam de acordo com o contexto sociocultural e são dotados de valores complexos e diversificados.

De acordo com Xavier (2012), algumas cidades que enfrentavam altos índices de criminalidade e falta de confiança na força policial, como Nova York, Bogotá, Medellín e outras que adotaram planos de enfrentamento ao crime, com estratégias de aproximação do cidadão e da Polícia, muito mais que integrar as forças policiais, houve a necessidade de realizar campanhas que visavam ao aumento da confiança do cidadão. Para o autor, deve haver uma valorização da participação popular no processo de policiamento, visto quanto mais a comunidade interagir com a Polícia, mais presente estará o policial, portanto deve ser uma preocupação das autoridades a ampliação das formas de participação da comunidade.

No Brasil, conforme aponta Abreu (2015), acontecem transformações nas perspectivas do povo brasileiro do sentimento de desfrute de direitos democráticos a partir da Carta Magna de 1988, e a necessidade das Polícias de adotarem outra postura diante do cidadão, que antes era um possível inimigo do Estado, e agora é o principal personagem no contexto de segurança pública.

Na conceituada obra de Trajonowicz e Bucqueroux (1994, p.4), o ponto de equilíbrio está na parceria entre a população e a polícia, e que a colaboração para a resolução de problemas relacionados à Segurança Pública é o caminho para uma nova filosofia e estratégia para uma maior sensação segurança, com a presença interativa dos Policiais na comunidade, como uma das premissas de polícia comunitária.

Nos conceitos de polícia comunitária, Trajonowicz e Bucqueroux (1994, p. 3), além dos aspectos sobre a colaboração entre Polícia e Comunidade, devem ser considerados e trabalhados em conjunto os “seis grandes grupos”, com vistas a atingir o sucesso na implementação da Polícia Comunitária, quais sejam:

- a. A Polícia – todos os seus integrantes;
- b. A comunidade – líderes comunitários, cidadãos voluntários, igrejas e educadores;
- c. As autoridades civis – prefeitos, vereadores e funcionários públicos;
- d. A comunidade de negócios – empresários do comércio e indústria, da pequena à grande empresa;
- e. Outras instituições – clubes de serviço, públicas e privadas sem fins lucrativos;
- f. A Imprensa - escrita, falada, eletrônica e televisada.

Na obra de Cieslak e Puchetti (2008, p. 43) compreende-se que uma das características do Policiamento Comunitário é a integração entre as forças policiais e as pessoas de uma comunidade, que juntas identificam problemas de defesa social, buscam a resolução ou a prevenção deles, buscando a diminuição dos crimes e a melhoria da qualidade de vida de uma determinada região.

O policiamento comunitário escolar, de acordo com a SENASP (2012, p. 3), tem como objetivo trabalhar preventivamente, em parceria com a comunidade escolar para prevenir contra a violência e à prática do ato infracional, que possa ser cometido por crianças e/ou adolescentes no ambiente escolar ou suas redondezas. Salienta-se que o conceito trazido pela SENASP sobre o policiamento comunitário, em sua essência, pode ser desenvolvido também por ações de policiamento ostensivo geral, uma vez que a “prevenção” não é característica primordial do policiamento comunitário.

A comunidade escolar é formada por alunos, professores, servidores, pais de alunos, direção da escola, núcleo regional de educação, Conselhos Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário e até mesmo moradores ao redor da escola, e estes personagens e instituições devem ser estimulados a colaborar com o Policial

Militar e da mesma forma, este deve receber informações e tentar dar o devido atendimento.

## 2.2 O BATALHÃO DE PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA

A gênese do programa PEC remonta ao ano de 1994, quando a PMPR requisitada por profissionais da educação, ao observar o crescimento significativo da criminalidade e da violência no ambiente escolar, começou a criar soluções pontuais para o fenômeno da insegurança nas comunidades escolares.

A partir desse marco, a PMPR implementou ações direcionadas visando a atender exclusivamente as escolas da rede estadual e municipal de ensino, com a denominação de Projeto Galha Azul. O Projeto mencionado adotava duplas de Policiais Femininas fardadas e equipadas, utilizando-se de viaturas Policiais-Militares caracterizadas e devidamente identificadas com as palavras “Patrulha Escolar”, com a realização de rondas nas escolas e imediações com o objetivo de inibir a prática de violências no ambiente escolar, crimes ou contravenções nos estabelecimentos de ensino, sempre em contato direto com a direção da escola.

No ano de 1997, observando os resultados dessa modalidade de policiamento e a necessidade das escolas da Região Metropolitana de Curitiba, principalmente pelas questões de violência, e as decorrentes também do consumo e do tráfico de drogas, que acontecia nas proximidades das escolas. O Comando do 17º Batalhão de Polícia Militar (17º BPM), Unidade de policiamento sediada em São José dos Pinhais, e que atendia a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), iniciou a execução do patrulhamento escolar nas cidades de Pinhais, Piraquara, Almirante Tamandaré, Colombo e Quatro Barras.

No ano de 2001, a PMPR adotou uma nova concepção e estratégias de trabalho, que se adequam às expectativas da evolução das comunidades, que é o policiamento comunitário. Nessa concepção, o Policial atuaria mais próximo e de forma ativa em face dos integrantes da comunidade, conceitos consolidados, na PMPR, por meio da Diretriz nº 002/2004 - 3ª Seção EM (PMPR, 2004) que regulamentou o Policiamento Comunitário na PMPR, e a Diretriz nº 004/2000 – 3ª Seção EM (PMPR, 2000), que é a normativa que trata do Planejamento e Emprego da PMPR.

O trabalho de segurança escolar, realizado de maneira tradicional nos estabelecimentos de ensino, conjugado com a concepção de polícia comunitária, previu uma nova composição e estratégia para o ambiente escolar.

No ano de 2003, após vários debates entre integrantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) e a da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED), foi construído, sob a coordenação do Capitão Anselmo José de Oliveira, que Comandava uma companhia do 17º BPM, juntamente com a Advogada Margarete Maria Lemes, um projeto denominado de “Patrulha Escolar III”, o qual iniciou o desenvolvimento das etapas de Patrulha Escolar. Importante destacar que todo esse processo se desenvolveu pela necessidade de ampliar a segurança dos professores, diretores, alunos e a própria escola, tendo a participação intensa dos profissionais de segurança pública e da educação, nas discussões e na procura pela ordem e paz, contrapondo a crescente violência escolar. E como justa homenagem a um de seus precursores, o BPEC foi denominado como “Batalhão Coronel Anselmo José de Oliveira”, por meio do Decreto nº 9.016, de 25 de setembro de 2013.

Segundo Abreu (2015, p. 28) a ampliação para todo o Estado, por meio de uma Coordenação Estadual do Programa PEC encontrava obstáculos em setores e Unidades da Corporação, não que fossem resistências, mas sim prioridades dos Comandantes de Batalhões, que em determinados momentos diminuía ou retiravam o Policial-Militar qualificado para a aplicação do Programa PEC, considerando falta de efetivo ou falta de viaturas, o que prejudicava a efetividade do programa.

No dia 20 de dezembro de 2007, é criado o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC), pela Lei Estadual nº 15.745/2007, o qual é destinado à aplicação estratégica de ações desenvolvidas em parceria com as diretrizes da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED), principalmente no que tange às atividades de segurança da comunidade escolar e nas ações de prevenção ao uso de entorpecentes.

A esse novo Batalhão especializado da PMPR ficaram então vinculados os Programas PEC e PROERD, sendo que aqui se encontra uma das grandes quebras de paradigmas da Corporação, quando uma Unidade Operacional assume a responsabilidade territorial em todo o Estado do Paraná, no que concerne à execução da Patrulha Escolar Comunitária e do PROERD, retirando essas

atribuições que antes eram dos Batalhões de área, ou seja, aquelas Unidades responsáveis pelo policiamento ostensivo geral em determinada área do Estado, notadamente a retirada também de efetivo e viaturas, o que provocou alguns questionamentos sobre a efetividade desta criação.

Paralelo ao Programa PEC, no ano de 2000, a PMPR, também se inseria no ambiente escolar e no combate e prevenção às drogas, por intermédio do PROERD. Este Programa tem sua origem no *Drug Abuse Resistance Education (DARE)* do *Los Angeles Police Department (LAPD)*, dos Estados Unidos, quando em 1982, policiais fardados foram para as escolas ministrar aulas sobre a prevenção e a resistência as drogas, e que diante de excelentes resultados, encontra-se replicado para mais de 60 países.

No Brasil, o PROERD teve início no ano de 1992 na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). No Paraná, a Polícia Militar implantou o PROERD no ano de 2000, e possui atualmente quatro currículos de aplicação na comunidade escolar: o Currículo para a Educação Infantil e Séries Iniciais, o Currículo para o 5º Ano de Ensino Fundamental, o Currículo para o 7º Ano de Ensino Fundamental e o Currículo para Pais ou Responsáveis. O Currículo PROERD priorizado pela PMPR para a aplicação nas escolas, pelas suas características e abrangência, é o Currículo para o 5º Ano de Ensino Fundamental, que corresponde ao alcance de 34% (trinta e quatro por cento) da comunidade estudantil do Estado.

Esse amplo processo de construção de habilidades sociais no adolescente que participa do PROERD, proporciona resultados, que podem ser citados:

- O desenvolvimento do senso comunitário nos alunos para pronta intervenção nas escolas, família e comunidade;
- A construção de habilidades e conhecimentos para reconhecer e resistir à pressão dos companheiros ou grupos quando do oferecimento de álcool, cigarros ou outras drogas;
- O desenvolvimento da autoestima, o aprendizado de alternativas positivas ao uso de drogas;
- Lidar com o estresse e resolver conflitos, dentre outros que oferecem ao estudante, durante e após a sua formação, resultados duradouros, conforme pesquisas já realizadas, dentre outros.

O PROERD é considerado uma das políticas de prevenção mais assertivas destinadas às comunidades estudantis do Paraná. Consiste ainda em um sistema de



prevenção primária, pois faz com que a criança, por si só, compreenda os instrumentos que ela dispõe, e formas de evitar o uso de drogas, álcool e resistir à violência.

O alcance do PROERD é significativo, principalmente se projetado seus resultados, o programa formou nesses dezesseis anos de existência no Paraná um total de 1.469.698<sup>3</sup> estudantes, em 162 municípios, que se comparada com a população estimada em 2016 do Estado do Paraná, que foi 11.242.720<sup>4</sup>, infere-se que mais de dez por cento das pessoas passaram pelo PROERD, isso sem contar que os alunos “proerdianos” são multiplicadores para a família e seus amigos, dos princípios de resistência às drogas e à violência.

A confiança depositada no Militar Estadual do PROERD, Educador Social, segundo estudo de PEROVANO (2006), a partir da interação entre o Policial Militar e os estudantes, pais ou responsáveis e a escola, na prevenção das drogas e na construção de amplos aspectos de cultura da paz, faz com que haja uma aproximação e um maior respeito e admiração da comunidade.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 ENFOQUE DE PESQUISA**

Por se tratar de um tema que envolve relações entre conceitos de policiamento escolar, e da análise do conjunto de características não mensuráveis das Unidades especializadas ou serviços prestados, a pesquisa no enfoque qualitativo apresenta melhores condições de busca e análise, das percepções pessoais ou instituições envolvidas, e ainda as doutrinas relativas ao policiamento comunitário escolar.

#### **3.2 TIPO DE PESQUISA**

De acordo com a proposta do tema de pesquisa, o tipo de estudo adotado é o descritivo, pois segundo Perovano (2014), as variáveis apresentadas serão delineadas em seus contextos, determinando-se as situações e eventos, concernentes ao objeto em estudo.

---

<sup>3</sup> Dados obtidos na Seção de Planejamento e Estatística (P/3) do BPEC.

<sup>4</sup> Dados obtidos no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

### 3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente investigação se caracteriza como pesquisa documental e bibliográfica, uma vez que a proposta resume-se na busca de dados que estarão inseridos em normativas institucionais, e outros documentos que trarão contribuições importantes para o tema, assim como metadados, e demais fontes de informações.

### 3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A elaboração do instrumento de coleta de dados – ICD, junto à Seção de Planejamento do BPEC (P3/BPEC), visará à coleta de informações das Polícias Militares das Unidades Federativas e Distrito Federal, considerando que aquela Seção possui contato com setores específicos de cada Ente Federado, no que tange ao Policiamento Escolar Comunitário.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

O escopo da proposta da presente pesquisa prevê a realização de comparações com os trabalhos de policiamento escolar desenvolvidos nos Estados em que possuem Unidades Operacionais de Área (U.Op.A.). Serão descritos aspectos sobre a efetividade desses tipos e serviços e quais suas características, vantagens e desvantagens, a partir da comparação dos modelos de policiamento comunitário escolar, existentes nas Corporações Policiais Militares do Brasil.

Vale ressaltar que a pesquisa apresentará dados numéricos e informações de natureza puramente descritivas de suas características, estrutura funcional, resultados e abrangência das ações veiculadas pelas U. Op. A. em discussão.

Considerando-se que para a consecução da investigação científica houve a necessidade da coleta de dados junto às 27 (vinte e sete) Polícias Militares dos Entes Federativos, uma vez que seria necessário significativo espaço de tempo para o envio das respostas e a posterior análise da coerência dos dados informados, foram então solicitadas a Seção de Planejamento (P3/BPEC) do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) da PMPR as informações referentes para a pesquisa realizada em duas etapas:

- a. Na primeira etapa, houve a necessidade de verificar em todas as Polícias Militares (PPMM) do Brasil os dados atualizados sobre a sua estrutura de funcionamento das ações de policiamento escolar;
- b. A segunda etapa consistiu em elaborar um questionário e enviar a Seção de Planejamento (P3/BPEC) do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) da PMPR, a fim de verificar as estruturas de funcionamento das Unidades Operacionais existentes que executam o policiamento escolar nos Entes Federativos e realizados pelas Polícias Militares.

Os dados solicitados ao Comando do BPEC foram elaborados na forma de perguntas diretas (oito perguntas) sobre as características das cinco Unidades Operacionais, conforme segue.

#### 4.1 ESTRUTURA APRESENTADA PELA PPMM DO BRASIL (BATALHÃO, COMPANHIA INDEPENDENTE, PROJETO, PROGRAMA, DEPARTAMENTO, OUTRO) QUE COMPORTA AS ATIVIDADES DE POLÍCIAMENTO ESCOLAR

Para obter o panorama real, atual e iniciar os estudos das estruturas de funcionamento das ações de policiamento escolar, o Quadro a seguir representa, de forma sintética, a condição do policiamento aplicado nas Corporações Policiais-Militares no país, conforme segue:

QUADRO 1 – COMPOSIÇÃO DAS AÇÕES DE POLÍCIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDAS NAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL

REGIÃO/ESTADO	ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO	NOME DA AÇÃO DE POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO
<b>REGIÃO NORTE</b>		
Acre	Programa de Policiamento Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital
Amazonas	Programa de Policiamento Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
Roraima	Projeto de Policiamento Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital
Rondônia	Programa de Patrulha Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
Pará	Projeto de Policiamento Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
Amapá	Programa de Policiamento Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital
Tocantins	Programa de Polícia Comunitária e Policiamento Escolar	Sediado na Superintendência de Polícia Comunitária sediada na Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP)
<b>REGIÃO NORDESTE</b>		
Maranhão	Programa de Policiamento Comunitário Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior

Piauí	Projeto de Ronda Escolar sediado nas U.Op.A.	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
Bahia	Projeto de Policiamento Comunitário Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
Ceará	Programa de Policiamento Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
Rio Grande do Norte	Companhia Independente de Prevenção às Drogas (CIPRED) - Programa de Ronda Escolar	Sediado na Diretoria de Ensino
Paraíba	Projeto de Ronda Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
Pernambuco	Programa de Patrulha Escolar	Sediado na Diretoria de Articulação Social e Direitos Humanos da PMPE, com o desdobramento do Programa nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
Alagoas	Batalhão de Polícia Escolar (BPÉsc)	Sediado no Subcomando-Geral da PMAL
Sergipe	Programa de Policiamento Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>		
Distrito Federal	1º Batalhão de Polícia Escolar (1º BPE)	Sediado no Comando de Policiamento Especializado
Goiás	Batalhão de Polícia Militar Escolar (BPME)	Sediado no 1º Comando Regional de Polícia Militar
Mato Grosso	Programa de Patrulha Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
Mato Grosso do Sul	Programa de Policiamento Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
<b>REGIÃO SUDESTE</b>		
Minas Gerais	Programa de Policiamento Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
Espírito Santo	Programa de Ronda Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
Rio de Janeiro	Programa de Policiamento Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
São Paulo	Programa de Patrulha e Rondas Escolares	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
<b>REGIÃO SUL</b>		
Paraná	Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC)	Sediado no Subcomando-Geral da PMPR
Santa Catarina	Programa de Policiamento Escolar	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior
Rio Grande do Sul	Programa de Rondas Escolares	Sediado nas U.Op.A. da Capital e Unidades do Interior

FONTE: P3/BPEC – Atualizada no período de 6 a 10 de fevereiro de 2017.

Como pode ser observado no Quadro acima, todas as PPMM do país possuem alguma ação de policiamento escolar, apresentada na forma de projetos e programas e na forma de Unidade Operacional. As Corporações que adotam os “projetos”, supostamente não estão de acordo os conceitos apresentados por Lewis (2000) referentes aos processos de gerência de projetos do sistema PMBOK (*Project*

*Management Body of Knowledge*). As ações referentes a “projetos” se assemelham aos “programas” que como características principais apresentam a fragmentação em diversos projetos que concentrados apresentam um plano geral de gerenciamento de ações em objetivos comuns, de maneira coordenada e convergente.

Observa-se ainda que as PPMM adotam as ações denominadas de projetos e programas, os termos “policiamento”, “patrulha” ou “ronda” escolar. Como não se tem postulada institucionalmente uma classificação de conceitos para os termos mencionados, bem como, não é o objeto da presente pesquisa, as denominações mencionadas podem ser adotadas como sinônimos. Salienta-se ainda que os termos têm uma referência direta e de identidade com as comunidades em que são implantadas. Nesse sentido, 19 (dezenove) Polícias Militares apresentam as ações/designações na forma de Programa e 08 (oito) no formato de Projeto.

Como Unidades Operacionais, pode-se mencionar três Estados e o Distrito Federal com a estrutura de Batalhão: PMPR, PMDF, PMAL e PMGO. No Estado do Rio Grande do Norte a PMRN, no ano de 2009 instituiu a Companhia Independente de Prevenção às Drogas (CIPRED), que congrega o Programa de Ronda Escolar e o PROERD.

Vale salientar que diversos Estados, de maneira formal ou não, tem sistematicamente consultado o Comando do BPEC para o desenvolvimento de estudos de viabilidade para a constituição de projetos e programas em Unidade Operacional, como a PMMG, PMESP, PMERJ, PMPE, PMCE BMRS, PMSC, PMMT, PMTO, PMAM, PMRO, PMAP, e as recém-criadas PMAL, PMGO e PMRN, que visitaram a Sede do BPEC para a busca de informações relacionadas à estrutura, processos de gestão e as concepções das ações laborais exercidas nessa Unidade.

#### 4.2 PROJETOS E PROGRAMAS QUE A CORPORAÇÃO POSSUI COMO ATIVIDADE DE POLICIAMENTO ESCOLAR

A PMRN com a Companhia Independente de Prevenção às Drogas (CIPRED), subordinada à Diretoria de Ensino (DE) da Corporação, possui o Programa de Ronda Escolar e o PROERD, em uma mesma estrutura. Desenvolve ainda ações de palestras à comunidade escolar.

A PMAL possui o Batalhão de Polícia Escolar (BPEsc), subordinado ao Subcomando-Geral, realiza o patrulhamento nas escolas e a realização de palestras às comunidades com o Grupo de Articulação Comunitária.

No Distrito Federal, a PMDF possui o 1º Batalhão de Polícia Escolar (1º BPE), subordinado ao Comando de Policiamento Especializado, que desenvolve além do policiamento escolar ações de cunho comunitário como palestras, grupo de teatro formado por Militares Estaduais da Unidade e o projeto Lobo Guará.

A PMGO, com o Batalhão de Polícia Militar Escolar (BPME), subordinado ao 1º Comando Regional de Polícia Militar, desenvolve basicamente as ações de policiamento escolar e palestras à comunidade. No Estado de Goiás a Unidade está estruturada com três Companhias, a 1ª Cia. PM de Patrulha Escolar, a 2ª Cia. PM PROERD e a 3ª Cia. PM de Patrulha Maria da Penha, com atuação exclusiva em Goiânia e Região Metropolitana da Capital.

Na estrutura organizacional da PMPR, vinculado ao Subcomando-Geral tem-se o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC), que desenvolve as ações de policiamento escolar baseado na concepção de Polícia Comunitária. Nesse sentido, foi constatado que a única Unidade Operacional que desempenha o policiamento comunitário escolar é o BPEC, por intermédio do Programa Patrulha Escolar Comunitária. São realizadas ainda, as ações preventivas de palestras às comunidades escolares, teatro, duas bandas de música (POP Prevenção) e outras atividades educacional e comunitárias.

#### 4.3 AS CARACTERÍSTICAS E COMO É APLICADO CADA O PROJETO/PROGRAMA DE ATIVIDADE DE POLICIAMENTO ESCOLAR NA CORPORAÇÃO

A CIPRED da PMRN aplica a atividade de Ronda Escolar com o atual efetivo de 147 (cento e quarenta e sete) Policiais-Militares. As atividades compreendem basicamente visita escolar, que consiste no atendimento ao chamado da Direção das escolas públicas e particulares indistintamente, e na realização de palestras à comunidade em geral com temas na área de segurança escolar. A Unidade não possui um Programa ou Projeto que vincule ações preventivas de caráter educacional, mas apenas o patrulhamento nas escolas.

O BPEsc da PMAL, com o efetivo de 142 (cento e quarenta e dois) Policiais-Militares, uma vez que o efetivo da Unidade foi reduzido, e aplica a atividade de Ronda Escolar para estudantes das Redes de Ensino estadual, municipal e privada. Na Ronda escolar, os Policiais-Militares realizam a atividade preventiva de visita às escolas, com atuação apenas na cidade de Maceió/AL. O Programa denominado de Grupo de Articulação Comunitária tem o foco a alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas e abordam conteúdos sobre valores humanos, mediação de conflitos, violência na escola e bullying para os estudantes da segunda fase do ensino fundamental (6º ao 9º ano). A Unidade possui ainda um projeto para a implantação de Base Comunitária Escolar, para o atendimento a cada doze escolas estaduais e duas guarnições de Força Tática para o atendimento às operações e patrulhamento no entorno das escolas para coibir, principalmente, o tráfico de drogas e porte ilegal de armas. A Unidade não possui um Programa ou Projeto que vincule ações preventivas de caráter educacional, mas apenas o patrulhamento nas escolas.

O 1º BPE da PMDF possui o efetivo de 509 (quinhentos e nove) Policiais-Militares em atuação. As ações desenvolvidas na Unidade são basicamente relacionadas ao policiamento ostensivo a pé e motorizado e as Operações, denominadas de: “Operação Escola Livre”, “Operação Varredura” e “Operação Blitz Escolar”. A Unidade possui ainda o Projeto Guará que consiste no desenvolvimento de palestras e atividades culturais destinadas a estudantes em situação de elevado risco social. A Unidade não possui um Programa ou Projeto que vincule ações preventivas de caráter educacional, mas apenas o patrulhamento nas escolas.

O BPME da PMGO possui o efetivo total de 215 (duzentos e quinze) Policiais-Militares. No que se refere ao policiamento em escolas, a 1º Cia. PM de Patrulha Escolar desenvolve duas ações pontuais: o “Programa Escola Mais Segura” e o “Projeto Volta às Aulas”. O Programa Escola Mais Segura tem como público alvo a comunidade escolar, em que são realizadas visitas às escolas, abordagens a pessoas em atitude suspeita, realização de blitz de trânsito, entre outros. O Projeto Volta às Aulas, também destinado à comunidade escolar, tem o foco nas ações de segurança à integridade física dos alunos, em que são realizadas visitas nas escolas e palestras. A Unidade não possui um Programa ou Projeto que vincule ações preventivas de caráter educacional, mas apenas o patrulhamento nas escolas.

O BPEC desenvolvido na PMPR possui o efetivo atual de 515 (quinhentos e quinze) Policiais-Militares em atuação. O planejamento das ações da Unidade é estruturado com base nas concepções de polícia comunitária e com o seu gradativo aperfeiçoamento na medida em que ocorre o relacionamento com as comunidades escolares, razão pela qual o BPEC é desenvolvido nas concepções de Polícia Comunitária. A Unidade possui dois Programas: o Programa Patrulha Escolar Comunitária (PEC) que é aplicado prioritariamente nas escolas estaduais e subsidiariamente nas unidades de ensino municipais e particulares por Policiais-Militares, selecionados e formados no “Curso de Formação de Promotor em Policiamento Comunitário Escolar”. O Programa PEC, idealizado na concepção de Polícia Comunitária, aplica o trabalho preventivo em três Módulos que serão adotados pelo estabelecimento de ensino, de acordo com a necessidade e interesse da Direção e da comunidade escolar, denominados de:

- Módulo de Segurança na Escola: realiza o levantamento das condições de segurança do ambiente escolar, a percepção da segurança pela comunidade escolar, e as orientações técnicas de segurança para a escola;
- Módulo de Educação Preventiva sobre Segurança: desenvolve ações de prevenção como palestras e atividades lúdicas aos estudantes;
- Módulo Suplementar de Segurança na Escola: nesse módulo são previstas as ações de operações “Vizinhança escolar segura”, mediação de conflitos no ambiente escolar, patrulhamento diferenciado, permanência nos horários de entrada/saída de aulas, visitas à comunidade escolar e outras ações preventivas.

O BPEC é a única Unidade que possui um Programa que vincula as ações preventivas de caráter educacional, de planejamento sistemático e progressivo.

A Unidade conta com vários sistemas externos de controle de resultados de processos operacionais e o de controle interno de todas as ações preventivas e reativas desempenhadas diariamente pelos Militares Estaduais lotados no BPEC, o Sistema de Controle de Atividades BPEC (SISCA). No ano de 2016, o BPEC auferiu a marca de 97,79% de atividades preventivas nos estabelecimentos de ensino do Paraná.

Conta ainda com o suporte integrado de informações que é o “181 Disque Denúncia” que auxilia a Unidade na investigação e na ação operacional na



repressão ao tráfico e uso de drogas e demais ilicitudes de elevado potencial ofensivo.

#### 4.4 ESTRUTURA DE VINCULAÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD)

O PROERD está vinculado às Unidades Operacionais especializadas na PMPR, PMGO e PMRN. No Paraná o PROERD é gerido por uma Coordenação Estadual, em que são desempenhadas as ações pedagógicas, cursos e planejamento, com a execução realizada nas cinco Companhias PM/BPEC, por intermédio dos Educadores Sociais do PROERD. No Rio Grande do Norte e em Goiás, o Programa é desenvolvido diretamente em um pelotão e em uma subunidade, respectivamente, com a Coordenação Estadual do Programa sediada na própria Unidade. No Estado de Alagoas, o PROERD possui uma Coordenação Estadual e está vinculado diretamente ao Comando-Geral, com os Policiais-Militares situados nas diversas Unidades Operacionais do Estado. Na PMDF, a Coordenação Estadual do PROERD está situada no Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (CPCDH), com os Educadores Sociais do PROERD distribuídos em todas as U.Op.A. do Distrito Federal.

#### 4.5 AS NORMAS EXISTENTES NAS POLÍCIAS MILITARES SOBRE A GESTÃO DAS AÇÕES QUE REGULAM O FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS, PROJETOS OU PROGRAMAS RELACIONADOS À ATIVIDADE DE POLICIAMENTO ESCOLAR

As normas mencionadas nesta etapa da pesquisa se referem exclusivamente à criação de estruturas das Unidades Operacionais.

De acordo com a P3 do Batalhão de Polícia Escolar da PMAL, a Unidade foi criada pela Portaria nº 014/PM1/2008, e não possui regulamentação dos Programas existentes. Na PMDF, o 1º Batalhão de Polícia Escolar foi criado no mês de novembro de 1989, pelo Decreto nº 11.958, com a missão única de executar o policiamento ostensivo nos estabelecimentos de ensino do Distrito Federal. O Batalhão de Polícia Militar Escolar de Goiás foi criado pela Portaria nº 003/PM-001/03-PM/1, publicada no Boletim Geral nº 027 de 07 de fevereiro de 2003. Na

PMRN, a Companhia Independente de Prevenção às Drogas foi criada pelo Decreto nº 21.002, de 31 de dezembro de 2008, como órgão de apoio às ações de prevenção na Corporação.

O BPEC no Paraná foi originado pelo Programa PEC, por intermédio da Diretriz nº 004/2003 - PM/3 – Patrulha Escolar. Com a ampliação das ações nas comunidades escolares foi criada a Unidade Operacional, denominada de BPEC, pelo Decreto nº 2.348, datado de 19 mar. 08 (Publicado no Diário Oficial nº 7.683 de 19 mar. 08), com o seguinte texto:

*Art. 1º. Ficam criadas no âmbito da Polícia Militar do Paraná as seguintes Unidades Operacionais:*

*I - **Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária** – BPEC, encarregada do policiamento ostensivo e permanência em áreas internas, externas e adjacentes dos estabelecimentos de ensino do Estado, atuando supletivamente na repressão a crimes e atos infracionais, visando a segurança dos alunos, a consultoria aos diretores quanto à segurança e ainda a interação com a comunidade escolar e pais de alunos; **(sem grifo e negrito no original)***

A Lei nº 15.745, datada de 20 dez. 07 (Publicada no Diário Oficial nº 7623 de 20 dez. 07) fixou o efetivo da nova Unidade e apontou que a sua missão consiste no “[...] patrulhamento escolar ostensivo preventivo e permanência em áreas internas, externas e adjacentes aos estabelecimentos de ensino, atuando supletivamente na repressão a crimes e atos infracionais, visando a segurança dos alunos, a consultoria aos diretores quanto à segurança e ainda a interação com a comunidade escolar e pais de alunos.”

#### 4.6 PRINCIPAIS DEMANDAS INTERNAS ENFRENTADAS NA IMPLANTAÇÃO E NO DECORRER DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE RELACIONADO À ATIVIDADE DE POLÍCIAMENTO ESCOLAR CORPORAÇÃO

As Unidades pesquisadas nas Polícias Militares de Alagoas, Rio Grande do Norte e Goiás informaram que os maiores problemas enfrentados são: o efetivo que gradativamente tem diminuído, os recursos físicos (viaturas, armamento, equipamento, dentre outros) escassos e as verbas insuficientes para atender as necessidades das U.Op. especializadas.

No Distrito Federal, o 1º BPE, além dos itens já apontados, menciona ainda o crescente aumento da população de estudantes, em especial nos municípios satélites de Brasília/DF, com o conseqüente aumento da demanda de atendimento.

No Paraná, em planos gerais, o BPEC apresenta a necessidade de aumento significativo de seu efetivo, para o atendimento às comunidades escolares com os Programas PEC e PROERD, com a conseqüente implementação dos recursos destinados às ações de prevenção desenvolvidas pela Unidade. Como parte dessas ações, o desenvolvimento de seus colaboradores com o “Curso de Formação de Promotor em Policiamento Comunitário Escolar” e demais ações de formação inicial e continuada.

Especificamente sobre o Programa PEC, mesmo que o atendimento às unidades estaduais de ensino sejam em 99 (noventa e nove) municípios do Paraná, o que corresponde a 72,25% da comunidade estudantil do Estado, com o emprego de 338 (trezentos e trinta e oito) policiais militares em aplicação exclusiva para o referido Programa, seriam ainda necessários a cobertura de 300 (trezentas) cidades de menor porte para atender a 302.209 estudantes. Em relação ao PROERD, o BPEC alcança 40,49% das escolas municipais e 35,66% dos estudantes do 5º ano do ensino fundamental, com a atuação de 111 Educadores Sociais do PROERD. Para cobrir a totalidade dos municípios, nos Programas PEC e PROERD seriam necessários aproximadamente 1.000 (mil) policiais militares em regime de atendimento exclusivo às unidades estaduais e municipais de ensino, com os recursos decorrentes de viaturas, armamento, munição, equipamentos e outras demandas.

#### 4.7 PRINCIPAIS PROBLEMAS EXTERNOS ENFRENTADOS NA IMPLANTAÇÃO E NO DECORRER DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE RELACIONADO À ATIVIDADE DE POLÍCIAMENTO ESCOLAR CORPORAÇÃO

Para o BPEsc da PMAL, foi apontado a falta de incentivo de outros órgãos às atividades de prevenção, já que o foco é a atividade repressiva. Na PMRN e PMDF foi mencionada a necessidade de maior apoio por parte das instituições de ensino que recebem os trabalhos da CIPRED e 1º BPE, respectivamente. Na PMGO, o BPME mencionou problemas com a aceitação dos trabalhos da Unidade por parte dos alunos e a falta de colaboração dos profissionais que atuam na Escola.

Na PMPR, destaca-se a necessidade de avanços nas políticas públicas estaduais de prevenção de delitos na escola e o reestabelecimento/reconstrução da parceria técnico/pedagógica entre a PMPR/BPEC e a Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR).

#### 4.8 SOBRE O REGIME DE EMPREGO DOS POLICIAIS MILITARES QUE APLICAM OS CURRÍCULOS PROERD NAS UNIDADES OPERACIONAIS

Na PMRN/CIPRED e na PMGO/BPME, os Educadores Sociais do PROERD atuam exclusivamente com a aplicação do referido Programa. Na PMAL/BPEsc e PMDF/1º BPE o PROERD não compõe a estrutura da Unidade Operacional.

Na PMPR/BPEC, o efetivo da Unidade aplica com exclusividade (de forma separada) os Programas PEC e PROERD. Ressalta-se que todos os Educadores Sociais do PROERD possuem a qualificação PEC, e os Policiais-Militares que aplicam exclusivamente o Programa PEC possuem somente a qualificação de “Promotor de Policiamento Comunitário Escolar”. Nesse sentido, 72,11% do efetivo existente na Unidade aplica o Programa PEC e 27,88% o Programa PROERD. Como os Policiais-Militares Educadores Sociais do PROERD cumprem diariamente a mesma carga horária de atividade de oito horas por dia, a carga horária complementar após a aplicação das lições do PROERD é integrada com atividades PEC, com o acompanhamento da entrada e saída dos estudantes e palestras interativas nos estabelecimentos de ensino.

Como se pode observar, apenas 05 (cinco) dos 27 (vinte e sete) Entes Federativos possuem Unidade Operacional consolidada. As Unidades Operacionais situadas na PMPR, PMDF, PMGO, PMAL e PMRN apresentam problemas de ordem estrutural, que parte de sua constituição no momento de sua criação, o que determinou a atual condição de seu efetivo e os recursos advindos. Salienta-se ainda a forte presença da tradição de formação reativa/repressiva nas Corporações Policiais Militares, que acabam por determinar a desnecessidade de criação de Unidades Operacionais especializadas no policiamento escolar e, para as Unidades existentes, a dificuldade de crescimento, que por vezes ocorre ainda a retirada gradativa de seu efetivo.

Ressalta-se ainda que as ações de policiamento escolar, na maioria das Corporações são apresentadas na forma de programas, projetos ou apenas o policiamento ostensivo nas escolas, este último denominado de “ronda”, “patrulhamento”, ou o uso do termo raiz que é o “policiamento”.

No que se refere ao PROERD, este apresenta variações significativas em seu posicionamento espacial nas Polícias Militares do Brasil. As Coordenações Estaduais do PROERD podem ser encontradas com as suas vinculações aos Gabinetes dos Comandos-Gerais, Subcomandos-Gerais, PM/3, Diretorias de Ensino, Diretorias de Polícia Comunitária, Secretarias de Estado da Segurança Pública ou Defesa Social ou diretamente em Unidades Operacionais.

Os mais importantes problemas internos enfrentados pelas Unidades Operacionais são muito similares em sua concepção, e convergem para recursos físicos (viaturas, armamento, equipamento, outros), dimensionamento das verbas, formação inicial e continuada dos militares estaduais, e outros. Já as demandas externas relacionadas à atividade de policiamento escolar estão relacionadas ao imperativo de maior apoio pelos gestores escolares e pelas Secretarias Estaduais de Educação, fato que implica diretamente na aceitação e no entendimento do objeto de trabalho desenvolvido pelas Unidades Operacionais especializadas no policiamento escolar.

Diante das análises, o BPEC na PMPR destaca-se das demais Unidades Operacionais e dos Estados que deixaram de investir na modalidade de policiamento escolar, por aplicar, com absoluta exclusividade, o conceito cunhado na PMPR de “policiamento comunitário escolar”.

Esse conceito foi gradativamente aperfeiçoado pelos Militares Estaduais que atuam no BPEC e apresenta, na atualidade, características e metodologias de Polícia Comunitária única no Brasil, e com o reconhecimento internacional, como por exemplo os auditores da “*Japan International Cooperation Agency – JICA*”. Nesse sentido, podem-se encontrar Organizações Policiais Militares análogas, tipos de policiamento ou serviços semelhantes, mas com diferenças qualitativas significativas em seus escopos de trabalho, do que é realizado no Paraná pelo BPEC.

Esse esforço é realizado por intermédio de extensas pesquisas realizadas pela necessidade de aperfeiçoamento das ações de policiamento comunitário escolar e das condições de trabalho dos Militares Estaduais que aplicam os Programas PEC e PROERD nas unidades de ensino no Paraná.

Nesse sentido, a Unidade desenvolve, além do aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos Programas citados, a criação de ferramentas de gestão como os Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs), construídos a partir da experiência dos Policiais-Militares do BPEC. As naturezas de atendimentos das ações de policiamento comunitário escolar, que garantem a construção de novos indicadores de prevenção baseados nos Módulos PEC e lições do PROERD. Mencionam-se ainda as inovações na formação dos Militares Estaduais no “Curso de Formação de Promotores de Policiamento Comunitário Escolar”, desenvolvido no formato semipresencial e com a duração de 60 (sessenta horas aula), que permite ao Militar Estadual recém transferido para o BPEC, a realização no menor espaço de tempo possível, de sua qualificação para operar as ações conceituais e instrumentais do Programa PEC.

A Unidade prevê ainda uma seleção preliminar de pessoal para ingresso no BPEC, que possibilita identificar por intermédio de perfil profissiográfico, os critérios objetivos e subjetivos de identificação do Militar Estadual com a cultura de trabalho do BPEC.

O BPEC possui ainda, considerando-se as especificidades da atividade laboral e de formação desempenhada na Unidade, a realização de duas modalidades de instruções regulares, segundo Perovano (2015):

- Instrução de Manutenção: realizada semanalmente pelo Comandante de Cia. PM/BPEC ou de Pelotão;
- Instruções Programadas Semestrais: realizada no início do ano letivo (1º semestre letivo) e no início do 2º semestre letivo, com a duração de cinco dias consecutivos e com a carga horária de 40 (quarenta) horas aula.

Especificamente na segunda modalidade de instrução, são tratados temas relativos aos Programas PEC e PROERD e das ações suplementares na escola: módulos PEC, ações de prevenção na escola, legislação, tiro policial, defesa pessoal, abordagem policial, educação física militar, dentre outros temas diretamente vinculados às atividades de policiamento ostensivo nas escolas, que compõe o policiamento comunitário escolar, todos baseados nas premissas contidas na instrução regular e periódica do Plano Anual de Instrução (PAI/2008), estabelecido pela PM/3 no ano de 2008, que tem a finalidade da execução, controle e a fiscalização da Instrução na Corporação.

O BPEC possui ainda, o Regulamento de Concessão de Recompensas do BPEC (RECORE), que identifica o melhor desempenho técnico profissional mensal do Militar Estadual, a partir da aferição de sua produtividade diária baseado nos indicadores do SISCA.

A Unidade, a partir do ano de 2010 adotou o denominado “Tema Norteador”, que tem por finalidade balizar as ações de segurança e prevenção desempenhadas pelo BPEC, a partir do desenvolvimento dos Programas PEC e PROERD. O Tema Norteador possui um apelo nas situações vivenciadas pelos Policiais Militares que trabalham diretamente com a comunidade escolar nos anos anteriores em que aquele tema inserido no contexto das atividades que serão desenvolvidas. Como exemplo, no ano de 2017, o Tema escolhido junto à tropa do BPEC é o “Meu papel como cidadão” o qual veio à tona depois das manifestações ocorridas nos anos de 2015/2016 e irá contribuir como base para a construção das falas e dos conteúdos a serem apresentados em sala de aula pelos Militares Estaduais que aplicam os Programas PEC e PROERD.

Outro aspecto de fundamental importância, e que determina mais elementos para assegurar a qualidade das ações realizadas pelos Policiais-Militares pertencentes ao BPEC são as visitas de inspeção, previstas no RISG/PMPR, que são ordinariamente realizadas pelo Comando da Unidade nas cinco Subunidades. PM/BPEC. Nessas oportunidades são realizadas, de maneira sistemática por padronização da seção de Planejamento (P3/BPEC), a demonstração dos resultados baseados nos indicadores de produtividade SISCA/BPEC, as dificuldades existentes, bem como, as perspectivas de realização a serem desenvolvidas no futuro pela respectiva Subunidade.

O BPEC possui ainda dois canais de redes sociais oficiais. O “@Web Prevenção”, que consiste em uma página de *Facebook* com a divulgação das ações no BPEC e comportamentos de segurança apropriados aos estudantes, e o “PROERD Brasil” que é um site que dispõe de conteúdos diversos sobre prevenção ao uso de drogas destinado a estudantes, professores, pais ou responsáveis e os Policiais-Militares Educadores Sociais do PROERD.

## 5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa alcançou o objetivo da investigação proposta, que foi o de comparar os modelos de policiamento comunitário escolar, existentes nas Corporações Policiais Militares do Brasil, com a descrição das características de sua estrutura funcional, resultados e abrangência.

O Artigo Científico permitiu uma análise do contexto de como o policiamento escolar está sendo realizado nas Polícias Militares do Brasil com o levantamento de dados sistêmico e abrangente, elencando desafios, concretizações e aprimoramentos nas ações direcionados ao atendimento das comunidades escolares.

De um modo geral, é possível afirmar que em todos os Estados e Distrito Federal, existe algum serviço direcionado ao policiamento escolar, no entanto somente na PMPR, PMDF, PMGO, PMAL e PMRN possuem Unidades especializadas no policiamento escolar. O BPEC da PMPR é a única Unidade que desenvolve os conceitos de Polícia Comunitária, na ação de policiamento comunitário escolar.

Um dos aspectos investigados na presente pesquisa foi saber como essas Unidades Operacionais especializadas no policiamento comunitário escolar tratam dos principais problemas de ordem interna e externa encontrados. Como respostas às demandas da insegurança e violências no ambiente escolar, conclui-se, que de forma geral, por ser nova a especialidade de policiamento escolar, encontra ainda grandes desafios, como a expansão dos trabalhos nas Corporações Policiais Militares e nas comunidades escolares, a falta de valorização e reconhecimento dos profissionais que atuam na área, recursos escassos, a carência de conhecimentos pela própria escola sobre o escopo e a missão realizada pelos Militares Estaduais que atuam no BPEC, entre outros.

No entanto, há que se observar que as Corporações Policiais Militares ainda têm um pequeno número de Unidades Operacionais especializadas em policiamento escolar. Em função do fato apontado, observa-se que o BPEC, de maneira recorrente, tem sido consultado por várias Coirmãs para o desenvolvimento e implantação de projetos ou programas similares ao PEC, por parte de outras Unidades da Federação, para a possível criação de Unidades, com a perspectiva de evolução do atual panorama.

No Paraná, a investigação demonstrou que as ações de policiamento comunitário escolar têm auxiliado essas comunidades a solucionar, com muita



efetividade, os problemas de segurança nesse setor, fato constatado desde a criação do BPEC. Os Programas PEC e PROERD, desenvolvidos em parceria com a comunidade escolar estão fundamentados em bases sólidas, nas perspectivas de cultura de paz e prevenção ao uso de drogas, na construção de um ambiente seguro e uma escola com os mais elevados preceitos de cidadania.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, R. **Estudo comparativo sobre a efetividade e o efeito de projetos e programas desenvolvidos pela Polícia Militar do Paraná na perspectiva de polícia comunitária**. Curso Superior de Polícia/2015. Academia Policial Militar do Guatupê. São José dos Pinhais, 2015.
- ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; LIMA, R. S. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1999.
- CAMPOS, P. H. F.; TORRES, A. R. R.; GUIMARÃES, S. P. **Sistemas de representação e mediação simbólica da violência na escola**. São Paulo: Educação e Cultura Contemporânea, 2004.
- CIESLAK, A.; FERREIRA É. C. P. **Atuação da Patrulha Escolar Comunitária e Segurança nas Escolas do Estado do Paraná**. Curso Superior de Polícia/2008. Academia de Polícia Militar (APM). Polícia Militar da Bahia. Salvador, 2008.
- LEWIS, J. P. **The Project Manager's Desk Reference**. Boston: MacGraw-Hill, 2000.
- PERES, J. C. A. **Policciamento comunitário**. Porto Alegre: 2004.
- PEROVANO, D. G. **Concepções dos instrutores do programa educacional de resistência às drogas e à violência sobre a sua formação**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Manual de Metodologia Científica: para a Segurança Pública e Defesa Social**. Curitiba: Juruá, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Diagnóstico de aplicação do Plano Anual de Instruções nas Unidades Operacionais da Polícia Militar do Paraná**. Curso Aperfeiçoamento de Oficiais/2015. Academia Policial Militar do Guatupê. São José dos Pinhais, 2015.
- POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMPR). Diretriz nº 002/2004. 3ª Seção EM. **Policciamento Comunitário na PMPR**. Curitiba: 2004.
- \_\_\_\_\_. Diretriz nº 004/2000. 3ª Seção EM. **Diretriz Geral de Planejamento e Emprego da PMPR**. Curitiba: 2000.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SENASP). **Curso de Policiamento Escolar**. Caderno I. Brasília, 2012.
- XAVIER, L. N. **Políticas Públicas de Segurança**. Fortaleza. Editora LCR, 2012.

**APÊNDICE****APÊNDICE – OFÍCIO S/Nº ENCAMINHADO AO CMT. DO BPEC****POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA**  
**ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ**

Ofício s/nº

Curitiba, 21 de dezembro de 2016.

Ilustríssimo Senhor Comandante:

Informo a Vossa Senhoria que por ocasião do Curso Superior de Polícia – 2016/2017 (CSP – 2016/2017), este Oficial desenvolverá a pesquisa científica intitulada de “ANÁLISE COMPARATIVA DE EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE POLICIMENTO ESCOLAR NOS ENTES FEDERATIVOS BRASILEIROS, COM O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR DESENVOLVIDO PELA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ”, elaborada na modalidade de Artigo Científico.

2. A presente pesquisa tem por finalidade realizar a análise comparativa do funcionamento das ações de policiamento escolar desenvolvido pelas Polícias Militares do Brasil.

3. Nesse sentido solicito os Vossos préstimos em proporcionar e disponibilizar a este pesquisador as informações sobre o policiamento escolar nas Polícias Militares do Brasil e informações específicas das Corporações que possuem Unidades Operacionais, dados estes disponíveis na P3/BPEC, conforme os quesitos presentes no quadro a seguir, as quais serão absolutamente necessárias para a consecução de uma das etapas da presente investigação científica.

Ao Ilustríssimo Senhor  
Ten.-Cel. QOPM Ronaldo de Abreu,  
**Comandante do BPEC,**  
Nesta Capital.

TABELA - QUADRO DEMONSTRATIVO DE DADOS SOBRE OS PROGRAMAS PEC E PROERD POR CIA. PM BPEC

01	<p><b>A Polícia Militar possui qual estrutura (<i>Batalhão, Companhia Independente, Departamento, outro</i>) que comporta as atividades de policiamento escolar?</b></p> <p>Resposta: -</p>
02	<p><b>A Corporação possui quais tipos de projetos e programas como atividade de policiamento escolar?</b></p> <p>Resposta: -</p>
03	<p><b>Quais as características e como é aplicado cada o projeto/ programa de atividade de policiamento escolar na Corporação?</b></p> <p>Resposta:</p> <p><b>Nome do Projeto/Programa:</b> - Publico alvo: - Nº de ppmm envolvidos no Projeto/Programa: - Qual a metodologia do Projeto/Programa é aplicado:</p> <p><b>Nome do Projeto/Programa:</b> - Publico alvo: - Nº de ppmm envolvidos no Projeto/Programa: - Qual a metodologia do Projeto/Programa é aplicado:</p>
04	<p><b>O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) se encontra vinculado à estrutura da Unidade?</b></p> <p>Resposta: -</p>
05	<p><b>A Polícia Militar possui normas (<i>Diretriz, Portaria, Lei Estadual, outro</i>) que regulam o funcionamento de Projeto ou Programa relacionado à atividade de policiamento escolar? Por favor, cite quais as normas (<i>Diretriz, Portaria, Lei Estadual, outro</i>) existentes</b></p> <p>Resposta: -</p>
06	<p><b>Quais os principais problemas <u>internos</u> enfrentados na implantação e no decorrer do desenvolvimento do Projeto ou Programa relacionado à atividade de policiamento escolar Corporação?</b></p> <p>Resposta: -</p>
07	<p><b>Quais os principais problemas <u>externos</u> enfrentados na implantação e no decorrer do desenvolvimento do Projeto ou Programa relacionado à atividade de policiamento escolar Corporação?</b></p> <p>Resposta: -</p>
08	<p><b>Os policiais militares aplicam o PROERD em regime de exclusividade na Unidade, ou compartilham com outras atividades como com o projeto/programa de policiamento escolar?</b></p> <p>Resposta: -</p>

09	Solicita-se os préstimos para que sejam enviados para o e-mail: <a href="mailto:bpec-p3@pm.pr.gov.br">bpec-p3@pm.pr.gov.br</a> , a cópia virtual das normas (Diretriz, Portaria, Lei Estadual, outro) que regulam o funcionamento de Projeto ou Programa relacionado à atividade de policiamento escolar
----	--

4. Certo de contar com a Vossa valorosa colaboração informo o e-mail para contato de retorno das informações: [leonelbeserra@hotmail.com](mailto:leonelbeserra@hotmail.com).

Maj. QOPM Leonel Jose Beserra,  
**Oficial Aluno do CSP – 2016/2017.**